26 06/06/91

PROPOSTAS PARA ASSEMBLÉIA GERAL DE 6 DE JUNHO DE 1991

Proposta nº 1

Reivindicações para a próxima reunião com o CRUESP:

- 1 Recuperação imediata do salário real de novembro de 90 calculado pelo índice da FIPE, reconhecido pelo CRUESP.
 - 2 Plano de Recuperação do salário real de janeiro de 1989, calculado pelo índice DIEESE.

Proposta nº 2

Solicitar às demais entidades que, nas negociações com o CRUESP, seja evitado o impasse em torno da aceitação do **índice DIEESE**, utilizado na formulação da nossa reivindicação de um plano de recuperação salarial após a recuperação do salário real FIPE de novembro de 1990.

A questão substantiva consiste em saber se o CRUESP aceita elaborar um plano para elevar os salários reais nas três universidades para além do nível FIPE de novembro de 1990. Se houver acordo sobre esse ponto, a nossa proposta já está na mesa: o objetivo do plano deve ser alcançar o salário real DIEESE de janeiro 1989.

Proposta nº 3

Solicitar às demais entidades que seja incluída entre as reivindicações comuns para a próxima reunião do CRUESP:

- 1 Compromisso dos Reitores em não elevarem o número de funcionários, docentes ou não docentes, nem efetuarem qualquer contratação que implique em elevação da folha de pagamentos, em nenhuma das três universidades, enquanto não houver sido restabelecido o nível do salário real de janeiro de 1989, calculado de acordo com o DIEESE (cf. Proposta nº 1, item 2), seja esse restabelecimento feito a título de recuperação ou de valorização salarial (cf. Proposta nº 2).
- 2 Compromisso dos Reitores em estabelecer como prioridades, uma vez restabelecido o nível do salário real de janeiro de 1989, calculado de acordo com o DIEESE:
- a política de valorização real do salário, tomando como ponto de partida o compromisso de valorização real de 10%, a partir de 1990, assumido anteriormente pelo CRUESP;
- b constituição, em cada universidade, de um fundo de capitalização, estritamente regulanentado de modo a ser utilizado para enfrentar as variações conjunturais da economia e seus reflexos em termos de arrecadação do ICMS, notadamente no que se refere à sustentação do poder aquisitivo dos salários de seus funcionários e das despesas mínimas de custeio.

Proposta nº 4

Solicitar às demais entidades que seja incluída entre as reivindicações comuns para a próxima reunião do CRUESP:

-Divulgação mensal para as entidades de dados que permitam o acompanhamento da execução orçamentária de cada uma das três universidades.

Observação: No caso de aprovação dessa proposta, a Diretoria organizará uma comissão especial, a partir da atual Comissão de Salários, para elaborar uma proposta de modelo para a apresentação desses dados.

Proposta nº 5

Em relação à discussão atualmente em curso na Assembléia Legislativa sobre a inclusão na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do percentual do ICMS a ser repassado pelo Governo do Estado às três universidades, e sobre o montante desse repasse, a ADUNICAMP, tendo em vista a atual situação financeira do estado e das universidades, decide tomar posição contrária a:

- 1 qualquer discussão em torno de uma redivisão do repasse entre as três universidades; e
- 2 incorporação de qualquer nova unidade ao sistema de ensino público superior do Estado de São Paulo.

Observação: A Diretoria decidiu criar uma comissão especial para organizar grupos de estudos e seminários sobre a questão do financiamento da universidade, tendo em vista os seus objetivos e perspectivas de desenvolvimento a curto e médio prazos. Os colegas interessados em participar desse

